





DIRETORIA LEGISLATIVA SERVIÇO DE ATAS LEGISLATURA 2021 A 2024

APROVADA PELO PLENÁRIO EM 11/4/2023

Reunião Ordinária do dia 10 de abril de 2023 Presidente: vereador Caio André Pinheiro de Oliveira Secretário-Geral: vereador João Carlos dos Santos Mello

No dia dez de abril do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e quinze minutos, realizou-se a sessão ordinária da Câmara Municipal de Manaus, no plenário Adriano Jorge, em sua sede própria, na rua Padre Agostinho Caballero Martin, n. 850, São Raimundo, nesta Capital, Estado do Amazonas, presidida pelo vereador Caio André Pinheiro de Oliveira, do Partido Social Cristão (PSC); secretariada pelo vereador João Carlos dos Santos Mello, do Republicanos. PRESENTES, ainda, os vereadores Allan Campelo da Silva e Daniel Amaral Vasconcelos, do Partido Social Cristão (PSC); William Robert Lauschner, do Cidadania; Carmem Glória Almeida Carratte e Samuel da Costa Monteiro, do Partido Liberal (PL); Diego Roberto Afonso, Everton Assis dos Santos e Maria Jacqueline Coelho Pinheiro, do União Brasil (UNIÃO); Dione Carvalho dos Santos e Ivo Santos da Silva Neto, do Patriota; Eduardo Assunção Alfaia, João Kennedy de Lima Marques e Rosinaldo Ferreira da Silva, do Partido da Mobilização Nacional (PMN); Elissandro Amorim Bessa, Elan Martins de Alencar e Wallace Fernandes de Oliveira, do Solidariedade (SD); François Vieira da Silva Matos, do Partido Verde (PV); Francisco Carpegiane Veras de Andrade e Márcio José Maia Tavares, do Republicanos; Jaildo de Oliveira Silva, do PCdoB; Marcelo Augusto da Eira Correa, do Partido Socialista Brasileiro (PSB); Luís Augusto Mitoso Júnior, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); David Valente Reis, Lissandro Breval Santiago, Manoel Eduardo dos Santos Assis, Alonso Oliveira de Souza e Marcel Alexandre da Silva, do Avante; Raiff Matos Silva Vasconcelos, do Democracia Cristã (DC): Roberto Sabino Rodrigues e Rodrigo Guedes Oliveira de Araújo, do Podemos; Rosivaldo Oliveira Cordovil, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); Jander de Melo Lobato, do Progressistas (PP); Yomara Jesuína Lins Rodrigues, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB); e Antônio Almeida Peixoto Filho, (Sem Partido). JUSTIFICADA a ausência dos vereadores Gilmar de Oliveira Nascimento (Sem Partido); Joelson Sales Silva, do Patriota; Robson da Silva Teixeira, do PSDB; Cícero Custódio da Silva, do PT; e Thaysa Lippy Silva de Souza, do PP. Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, o Presidente declarou aberta a reunião e convidou os presentes para acompanhar a execução do Hino Nacional Brasileiro. Na **sequência**, o secretário, vereador João Carlos, leu a Ata da sessão ordinária do dia cinco de abril do ano em curso. Em Questão de Ordem, o vereador Peixoto pediu licença para se ausentar, a partir das dez horas, a fim de participar da posse do novo diretor-presidente do Instituto Municipal de Fiscalização e Trânsito de Manaus – Manaustrans. O Presidente









acatou o pedido e designou o questionante, para que o mesmo representasse a Casa no evento e, em seguida, passou os trabalhos para o PEQUENO **EXPEDIENTE**. O primeiro orador, vereador Daniel Vasconcelos, falou sobre a ação de Páscoa, realizada por sua equipe, no último final de semana, para as crianças assistidas pelas Irmãs Filhas de Sant'Ana da comunidade da Sharp no bairro Armando Mendes, frisando que as crianças eram de famílias que sofreram com as alagações ocasionadas pelas chuvas torrenciais na cidade e muitas delas perderam suas casas, abrigaram-se em escolas próximas ou estavam vivendo de aluquel social. Ao final, agradeceu à sua equipe e aos voluntários que fizeram doações; parabenizou o governador Wilson Lima, pela entrega, no dia em curso, de apartamentos no parque residencial General Rodrigo Otávio, aos moradores de áreas de risco de alagação nas comunidades da Sharp. O segundo orador, vereador Raiff Matos, agradeceu ao prefeito de Manaus, David Almeida; ao secretário Municipal de Infraestrutura, Renato Júnior; e ao secretário Municipal de Limpeza Pública, Sabá Reis, pelos serviços realizados no conjunto dos Jornalistas, requerendo, ainda, a conclusão dos serviços de infraestrutura no conjunto Tocantins, principalmente com relação ao bueiro que estava causando problemas aos moradores. O terceiro orador, vereador Capitão Carpê, destacou a importância da segurança pública nas escolas municipais da capital amazonense, ressaltando que vinha defendendo há algum tempo na Casa, não só a contratação dos agentes de portaria, mas também a reestruturação da Guarda Municipal e o retorno da ronda escolar. Prosseguindo, falou sobre o anúncio do prefeito David Almeida da contratação de agentes, lembrando que, durante a campanha, ele havia anunciado a contratação dos policiais militares que estivessem de folga, que a seu ver, poderia ser formalizada por meio do Serviço Extra Gratificado - SEG; e salientou a necessidade da realização de concurso público para o fim. Avançando, reforçou a relevância da presença do agente no interior das escolas, em especial nas creches, para manter a segurança no ambiente escolar, tendo em vista que as câmeras de monitoramento do Centro de Operações em Segurança Escolar - Cose não evitavam o cometimento de crime. Concluindo, discorreu a respeito de sua visita, na manhã em curso, ao Comando de Policiamento Metropolitano - COM, na qual obteve o comprometimento do comandante coronel Azevedo, em resposta ao seu requerimento que solicitava reforço de policiamento preventivo, por meio de rondas nas escolas municipais, de que todos os comandantes da cidade seriam contatados. para que fossem realizadas visitas às escolas municipais de todas as zonas da cidade, a fim de propor melhorias, convidando os seus pares para acompanhá-lo. O quarto orador, vereador Lissandro Breval, divulgou vídeo sobre a visita que realizou ao Cose, responsável pelo monitoramento das escolas municipais de Manaus, frisando que a tragédia ocorrida na creche de Santa Catarina servia de alerta para que a gestão municipal implantasse as ações necessárias para garantir a ordem e a paz no ambiente escolar. Finalizando, declarou que cabia à Prefeitura avaliar o sistema que funcionasse melhor para fortalecer o trabalho realizado pelo Cose. Em Questão de Ordem, o vereador Marcel Alexandre convocou os membros da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento para uma reunião,









após a sessão plenária. O quinto orador, vereador Prof. Samuel, abordou o tema em voga, pontuando as responsabilidades dos poderes públicos estadual e municipal na segurança; falou sobre a indicação que fez ao Executivo Municipal, em dois mil e dezesseis, pedindo a volta do agente de portaria ao quadro funcional das escolas, para resguardar a segurança das crianças, jovens e profissionais da educação, afirmando que reforçaria o pedido; de igual modo, do projeto de lei de sua lavra, para a instituição do Programa de Educação Midiática no município de Manaus. Finalizando, concordou com o vereador Capitão Carpê de que o Cose, apesar do bom desempenho, não inibia a violência, reforçando a relevância do porteiro nas escolas, no sentido de evitar que atos de violência fossem praticados no ambiente escolar. O sexto orador, vereador Jaildo Oliveira, anunciou que faria um requerimento convocando o Cose para prestar esclarecimentos acerca da sua atuação e sobre o plano de ação para garantir a segurança das escolas, no caso de tentativas de violência no ambiente escolar. Continuando, o orador recordou que apesar de ter indicado à Prefeitura, no decorrer dos anos anteriores, a presenca do agente de portaria - assim como seus pares - somente naquele momento de instabilidade, o prefeito anunciou a contratação dos trezentos agentes. Ao final, solicitou aos seus pares que aprovassem sua propositura. O sétimo orador, vereador Rodrigo Guedes, pediu ao Presidente, vereador Caio André, para que agendasse, com brevidade, a audiência pública sobre os mediadores escolares. para atender o clamor dos pais manauaras. Dando prosseguimento, discorreu sobre o depoimento do diretor-presidente da Ageman, Elson Andrade à CPI da Águas de Manaus, que evidenciou a leniência do órgão responsável pela fiscalização do cumprimento do contrato entre a Prefeitura e a concessionária, haja vista que durante a atual gestão municipal nenhuma multa havia sido aplicada. O parlamentar falou sobre o desserviço da empresa para a população manauara, pontuando que, em agosto de dois mil e vinte e um, a Prefeitura emitiu uma nota afirmando que solicitaria à Ageman um estudo de viabilidade da quebra do contrato com a Águas de Manaus – ancorada no artigo 35, inciso III da Lei n. 8987 – pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, no entanto, tratava-se de uma nota mentirosa, porque o Prefeito não fez solicitação alguma, tampouco, tentou renegociar a tarifa de cem por cento do esgoto na cidade. Encerrando o seu discurso, declarou que o Executivo Municipal estava sendo omisso, cúmplice e conivente com o que vinha acontecendo e causando sofrimento à população manauara, e caso a CPI não chegasse a uma conclusão, restaria a convocação do prefeito David Almeida. O oitavo orador, vereador Roberto Sabino, disse que vinha acompanhando, enquanto presidente da Comissão de Segurança Pública Municipal da Casa, a preocupação do Prefeito em relação à segurança nas escolas, afirmando que o secretário municipal de Segurança Pública, Sérgio Fontes, implementaria ações para principalmente em razão do crescimento de casos de violência nas citadas instituições, como o mais recente, que resultou numa tragédia, em Santa Catarina. O parlamentar destacou, ainda, projetos de lei que propunham a ronda motorizada e a Guarda Municipal armada, tanto nas escolas públicas quanto nas Unidades Básicas de Saúde - UBSs; e falou sobre a necessidade da criação de leis mais enérgicas









para punir os criminosos. Por fim, assegurou que a ronda escolar era um dos mecanismos que contribuiriam para coibir ações violentas e esclareceu que o Prefeito estava buscando melhorias para reforçar a segurança nas instituições escolares e de saúde no município, pedindo que os parlamentares sugerissem ações e cobrassem o Executivo Municipal para a implementação das mesmas. O nono orador, vereador William Alemão, parabenizou o Prefeito pela nomeação do diretor-presidente da Manauscult, pedindo ao novo titular da pasta que conversasse com o Prefeito e com o titular da Secretaria Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação - Semef, para que fosse reduzido o percentual do ISS cobrado das bandas de Manaus de cinco para dois por cento. Avançando, reverberou denúncia sobre o aumento da Licença Municipal de Operação - LMO cobrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semmas, frisando que os proprietários de bares, restaurantes e lanchonetes estavam sendo massacrados. Finalizando, declarou que, enquanto a Prefeitura não multava a empresa Águas de Manaus pelos danos causados à população, massacrava quem tentava sobreviver, após um período crítico de pandemia, cobrando o pagamento de taxas altíssimas, apelando ao novo titular da Manauscult, para que apoiasse a cultura local. O décimo orador, vereador Dione Carvalho, agradeceu ao prefeito de Manaus, David Almeida, por ter atendido às solicitações dos parlamentares da Casa, atinentes ao retorno dos agentes de portaria nas escolas municipais. Continuando, pontuou que, no primeiro semestre de dois mil e vinte e um, fez uma indicação ao Executivo Municipal para a colocação de detectores de metais no interior das escolas e monitoramento das salas de aula, ressaltando que a contratação dos trezentos agentes, anunciada pelo Prefeito, foi uma ação antecipada e preventiva para o que pudesse acontecer em Manaus, defendendo a importância das citadas proposituras. Ao final, manifestou a sua preocupação acerca da possibilidade de ocorrências na cidade e parabenizou o prefeito David Almeida pela iniciativa. O Presidente solicitou aos vereadores que fizessem o registro de suas presenças. O décimo primeiro orador, vereador Jander Lobato, reforçou a importância da presença de agentes de portaria para as escolas da rede pública de ensino da capital, com o objetivo de inibir e combater a violência e falou sobre a Indicação, de sua autoria, ao prefeito de Manaus, David Almeida, para a contratação imediata desses profissionais para atuarem nas instituições de ensino. A décima segunda oradora, vereadora Prof.ª Jacqueline, discorreu sobre a relevância da determinação do governo Lula para o ininterrupto, durante funcionamento todos os dias da semana. Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAM, salientando que Manaus já funcionava daguela forma. A oradora reforçou, na seguência, que além da otimização do funcionamento era necessário dar condições de acolhimento às mulheres que procuravam ajuda, por meio de um tratamento humanizado, pontuando, ainda, a necessidade de ampliação do atendimento nos municípios do Interior do Estado. Concluindo, falou da importância da prioridade de vagas para as mulheres vítimas de violência, citando a lei de sua autoria, que estabelecia cota para mulheres em situação de violência doméstica e para famílias chefiadas por mulheres na aquisição de imóveis construídos pelos programas habitacionais de interesse









social, destacando que o Sistema Nacional de Emprego - Sine também daria prioridade nas vagas para o público em questão. O décimo terceiro orador, vereador Marcel Alexandre, discorreu sobre o real significado da Páscoa, evidenciando que a celebração representava a ressurreição de Jesus Cristo, o filho de Deus, citando algumas passagens bíblicas. O décimo quarto orador, vereador Bessa, agradeceu aos seus pares pela aprovação do requerimento para a audiência pública que discutiria a contratação de mediadores; abordou a questão da segurança nas escolas, questionando quais ações seriam tomadas para reforçá-la; e lembrou que já havia indicado à Prefeitura a realização de treinamento para crianças na ocasião de incêndio e não havia sido atendido. Falou, em seguida, a respeito da necessidade da abertura correta de portas e portões das escolas e reverberou a denúncia de vários professores e gestores sobre a falta de material de limpeza nas escolas. Por último, manifestou a sua preocupação em relação ao posicionamento da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus -Ageman, na CPI da Águas de Manaus, com relação aos desmandos da empresa, tendo em vista que não havia aplicado nenhuma multa, e destacou o empenho de todos os vereadores da Casa para preservar os direitos dos cidadãos manauaras. O décimo quinto orador, vereador Mitoso, registrou que apresentaria projeto de emenda à Lei Orgânica do Município de Manaus – Loman, com a anuência de seus pares, em razão da falta de clareza no artigo 347, para a inclusão do inciso IX, com o seguinte teor: "Os estabelecimentos da rede municipal de ensino realizarão o atendimento educacional especializado, por meio de profissionais de apoio escolar, professores habilitados ou especializados, responsáveis pela mediação escolar, como serviço de suporte à inclusão escolar dos alunos com deficiência", conferindo base legal ao Executivo para a contratação dos citados profissionais e dando maior efetividade às políticas educacionais referentes ao atendimento das pessoas com deficiência. O Presidente deu por encerrado o Pequeno Expediente e, em seguida, concedeu a palavra aos vereadores, para os pedidos de preferências. Em Questões de Ordem, o vereador Capitão Carpê pediu preferência ao Requerimento n. 3.839/2023 e a retirada de pauta do Projeto de Lei n. 169/2022; o vereador William Alemão, ao Requerimento n. 3.795/2023, requerendo, ainda, de forma verbal, uma indicação ao Executivo Municipal solicitando os laudos das visitas às escolas da rede municipal de ensino e a composição da Comissão Especial criada para fazer a evacuação das mesmas; o vereador Eduardo Assis, ao Requerimento n. 3.838/2023; e o vereador Jander Lobato, à Indicação n. 229/2023. Após, o Presidente passou os trabalhos para a ORDEM DO DIA. Na PAUTA, foi deliberado, tomou o n. 047/2023 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Fransuá, que "Dispõe sobre a exigência do Programa de Integridade nas empresas que contratarem com a Administração Pública do município de Manaus, e dá outras providências". Foi deliberado, tomou o n. 087/2023 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Ivo Neto, que "Dispõe sobre Campanha Municipal de Prevenção e Combate ao Turismo Sexual de Crianças e Adolescentes no município de Manaus, e dá outras providências", tendo este, ainda,









sido subscrito pelos vereadores Marcel Alexandre, Wallace Oliveira, Raiff Matos, Peixoto, Kennedy Margues, Rosivaldo Cordovil, Jander Lobato, Yomara Lins, Lissandro Breval, Daniel Vasconcelos, Glória Carratte, João Carlos, Caio André, Eduardo Assis, Rosinaldo Bual e Éverton Assis. Foi deliberado, tomou o n. 128/2023 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Eduardo Assis, que "Considera de Utilidade Pública a Associação de Taekwondo Meninos de Ouro". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 534/2021, de autoria do vereador Diego Afonso, subscrito pelos vereadores Capitão Carpê, Éverton Assis, Peixoto, Rosivaldo Cordovil e William Alemão, que "Dispõe sobre a destinação de espaço nos parques municipais para a instalação de fraldário", tendo este, ainda, sido subscrito pela vereadora Yomara Lins. A seguir, o supracitado projeto seguiu à Comissão de Saúde. Discutiu o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 551/2021, o vereador Capitão Carpê, tendo este, ainda, solicitado subscrição à matéria. Após, foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 551/2021, de autoria do vereador Márcio Tavares, subscrito pelos vereadores Eduardo Assis, Ivo Neto, Joelson Silva, Kennedy Marques, Marcel Alexandre, Peixoto, Raiff Matos, Roberto Sabino, Rosivaldo Cordovil e Yomara Lins, que "Reconhece como atividade extracurricular programa de ensino de noções básicas sobre a Lei Maria da Penha nas escolas do município de Manaus, e dá outras providências". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Educação. Foi retirado de pauta, em razão da ausência do autor, o Projeto de Lei n. 021/2022, de autoria da vereadora Thaysa Lippy, que "Concede às doadoras de leite materno, isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso para provimento de cargo, emprego ou vaga na Administração Pública Municipal". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Educação ao Projeto de Lei n. 030/2022, de autoria do vereador Daniel Vasconcelos, subscrito pelo vereador Capitão Carpê, que "Dispõe sobre o desenvolvimento de política antibullying por instituições de ensino, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, no município de Manaus, e dá outras providências". O supracitado **seguiu** à Comissão de Saúde. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 041/2022, de autoria da vereadora Yomara Lins, subscrito pelo vereador Capitão Carpê, que "Institui o mês Abril Laranja dedicado à Prevenção da Crueldade contra os Animais no âmbito do município de Manaus". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Meio Ambiente, Recursos Naturais, Sustentabilidade e Vigilância Permanente da Amazônia. Foi retirado de pauta, em razão da ausência do autor, o Projeto de Lei n. 143/2022, de autoria do vereador Allan Campelo, que "Dispõe sobre a criação de campanha permanente de conscientização sobre a importância da atuação do psicólogo, e dá outras providências". Discutiu o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 147/2022, vereador Mitoso. A seguir, foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 147/2022, de autoria do vereador Mitoso, que "Acrescenta o inciso IV ao









Art. 1.º da Lei Municipal n. 1.728, de 14 de maio de 2013, que dá prioridade na tramitação de processos administrativos, no âmbito do município de Manaus, às pessoas que especifica". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orcamento. Foi retirado de pauta, a pedido do autor, o Projeto de Lei n. 169/2022, de autoria do vereador Capitão Carpê, que "Altera o Art. 2.º da Lei n. 167, de 13 de setembro de 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade de concessionárias de serviços públicos de água, luz e telefone, agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito colocarem, à disposição dos usuários, pessoal suficiente no tratamento digno e profissional a seus clientes". Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 203/2022, de autoria do vereador Rosinaldo Bual, que "Institui, a "Campanha Sem Plástico" no Calendário Oficial da cidade de Manaus, na segunda semana de julho". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi deliberado, tomou o n. 048/2023 e seguiu à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei, de autoria do vereador Eduardo Alfaia, que "Dispõe sobre a realização do Teste de Cores Ishihara, visando ao diagnóstico de daltonismo nos alunos da rede municipal de ensino de Manaus, e dá outras providências". Discutiram o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 066/2022, os vereadores William Alemão, Wallace Oliveira e Prof. Samuel. Após, foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Finanças, Economia e Orçamento ao Projeto de Lei n. 066/2022, de autoria do vereador Prof. Samuel, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de placa informativa em drogarias e farmácias contendo advertência quanto aos riscos da automedicação em geral, e dá outras providências". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Saúde. Discutiram o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 294/2022, os vereadores Wallace Oliveira e William Alemão, tendo o primeiro, ainda, solicitado subscrição à matéria, que foi acatada pelo autor. Pela Ordem, os vereadores Peixoto, Kennedy Marques, Caio André, João Carlos, Raiff Matos e Yomara Lins solicitaram subscrições à matéria, tendo sido as mesmas acatadas pelo autor. Após, foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 294/2022, de autoria do vereador William Alemão, que "Institui, no Calendário Oficial da Cidade de Manaus, o Torneio de Pesca Esportiva Amigos do Tarumã, a ser comemorado no segundo fim de semana do mês de outubro, e dá outras providências". O supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 344/2022, de autoria do vereador João Carlos, que "Institui o Mês de Prevenção, Conscientização e Combate da Automutilação, e dá outras providências", tendo este, ainda, sido subscrito pelos vereadores Capitão Carpê, William Alemão, Peixoto, Ivo Neto, Kennedy Marques e Marcel Alexandre. Após, o supracitado projeto seguiu à Comissão de Finanças, Economia e Orçamento. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 236/2022, de autoria da vereadora Prof.ª Jacqueline, que









"Institui o Dia Municipal do Técnico Agrícola, a ser comemorado anualmente no dia 5 de novembro". Discutiram o Projeto de Lei n. 236/2022, em primeira discussão, os vereadores Lissandro Breval, Marcel Alexandre, Peixoto e Prof.ª Jacqueline, tendo o **segundo** e o **terceiro**, solicitado ainda, **subscrição** à **matéria**, que foram acatadas pela autora. Após, o supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado o Parecer Favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 339/2022, de autoria do vereador Caio André, subscrito pelo vereador Sassá da Construção Civil, que "Institui, no Calendário Oficial da Cidade de Manaus, o Dia Municipal do Técnico em Radiologia, a ser celebrado anualmente no dia 8 de setembro, e dá outras providências", tendo este, ainda, sido **subscrito** pela vereadora Yomara Lins. A sequir, o supracitado projeto foi aprovado, em primeira discussão, e seguiu à segunda discussão, na forma da lei. Foi aprovado, em segunda discussão, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 005/2022, de autoria da vereadora Prof.a Jacqueline, subscrito pelos vereadores Caio André, Capitão Carpê, Glória Carratte, Ivo Neto, Joelson Silva, João Carlos, Marcel Alexandre, Peixoto, Raiff Matos, Rosivaldo Cordovil, Thaysa Lippy, William Alemão e Yomara Lins, que "Estabelece como permanente, no âmbito do município de Manaus, o Programa Sinal Vermelho". Foi aprovado, em segunda discussão, e seguiu à sanção do Prefeito, o Projeto de Lei n. 454/2022, de autoria do vereador Joelson Silva, subscrito pelos vereadores Dione Carvalho, João Carlos, Kennedy Marques, Marcel Alexandre, Márcio Tavares, Raiff Matos, Rosivaldo Cordovil, Wallace Oliveira e Yomara Lins, que "Institui o Dia Municipal dos Grupos de Jovens Cristãos de Manaus". Foram deferidas as Indicações n. 217 a 228, 230/2023. Foi deferida, ainda, com pedido de destaque, a Indicação n. 229/2023, de autoria do vereador Jander Lobato, que "Indica ao Senhor David Antônio Abisai Pereira de Almeida, Prefeito da Cidade de Manaus, a contratação imediata em caráter de urgência, de Agentes de Portaria para trabalhar nas escolas da rede pública municipal da cidade de Manaus. Em Questão de Ordem, o vereador Jander Lobato se manifestou a respeito da supracitada indicação. Foram aprovados os seguintes Requerimentos: n. 3.795/2023, de autoria do vereador William Alemão, tendo sido discutido pelo próprio autor; e n. 3.838/2023, de autoria do vereador Eduardo Assis. Discutiram o Requerimento n. 3.839/2023, os vereadores Capitão Carpê, Roberto Sabino, Marcel Alexandre e Eduardo Assis. Discutiu, novamente, a matéria, os vereadores Capitão Carpê e Roberto Sabino. Discutiu, ainda, a matéria, os vereadores Mitoso e Wallace Oliveira. Após, foram aprovados os seguintes Requerimentos: n. 3.839/2023, de autoria do vereador Capitão Carpê; n. 2.820/2023, de autoria da vereadora Yomara Lins; e n. 3.759/2023, de autoria do vereador Peixoto. Foram concedidos os pedidos de vistas, solicitados pelos vereadores Eduardo Alfaia, Capitão Carpê e Rodrigo Guedes, ao Requerimento n. 3.168/2023, de autoria do vereador William Alemão. Foi aprovado, ainda, o Requerimento n. 3.824/2023, de autoria do vereador Jander Lobato. O Presidente informou que seria feia a coletânea dos requerimentos dos vereadores Jander Lobato e Eduardo Assis, devido à









Caio André Pinheiro de Oliveira Presidente

Yomara Jesuína Lins Rodrigues
Primeira Vice-Presidente

João Carlos dos Santos Mello Secretário-Geral

Éverton Assis dos Santos Segundo Vice-Presidente Carmem Glória Almeida Carratte Primeira Secretária

Lissandro Breval Santiago Terceiro Vice-Presidente

Jaildo de Oliveira Silva Segundo Secretário

Rosivaldo Oliveira Cordovil Corregedor Geral Ivo Santos da Silva Neto Terceiro Secretário









Francisco Carpegiane Veras de Andrade Ouvidor-Geral

Ana Maria Rocha Veiga Chefe do Serviço de Atas











PODER LEGISLATIVO

ASSINATURAS DIGITAIS

ROSIVALDO OLIVEIRA CORDOVIL - 335.368.562-68 EM 17/04/2023 12:21:52 FRANCISCO CARPEGIANE VERAS DE ANDRADE - 715.424.852-15 EM 17/04/2023 09:30:28 YOMARA JESUINA LINS RODRIGUES - 320.732.672-20 EM 17/04/2023 08:27:54 LISSANDRO BREVAL SANTIAGO - 510.050.422-68 EM 14/04/2023 14:05:18 JOAO CARLOS DOS SANTOS MELLO - 074.890.987-77 EM 14/04/2023 13:09:54 EVERTON ASSIS DOS SANTOS - 445.757.002-82 EM 14/04/2023 12:33:34 JACQUELINE PINHEIRO DE LIMA - 201.310.202-00 EM 14/04/2023 11:37:49 CAIO ANDRE PINHEIRO DE OLIVEIRA - 641.056.792-87 EM 14/04/2023 11:14:54 CARMEM GLORIA ALMEIDA CARRATTE - 115.263.602-25 EM 14/04/2023 11:10:56 IVO SANTOS DA SILVA NETO - 516.531.682-34 EM 14/04/2023 10:37:25 ANA MARIA DOS SANTOS ROCHA - 634.586.752-72 EM 14/04/2023 10:27:30